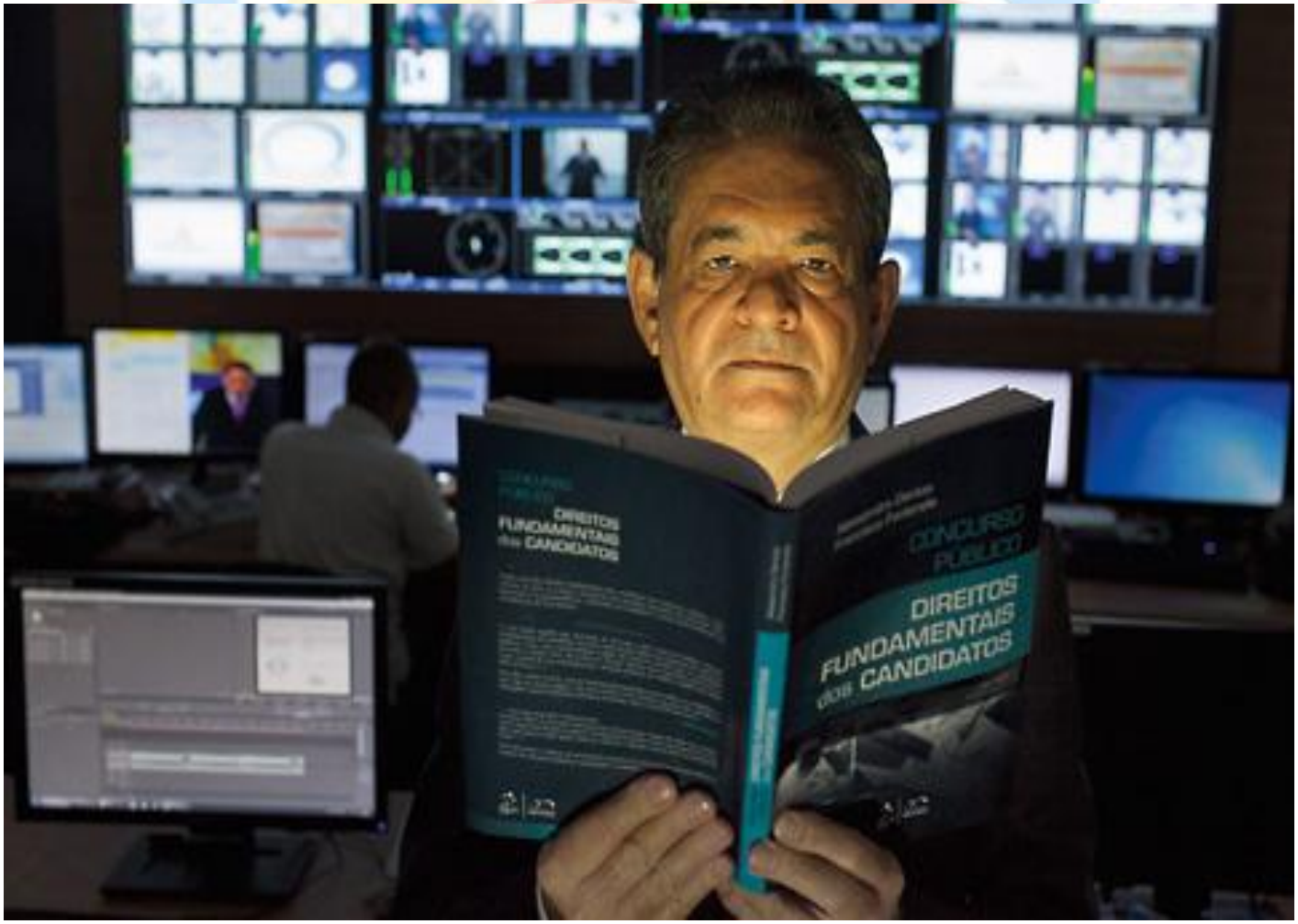
REVISTA REDAÇÃO	16
PROFESSOR: Lucas Rocha	
DISCIPLINA: Redação	DATA: 27/04/2014

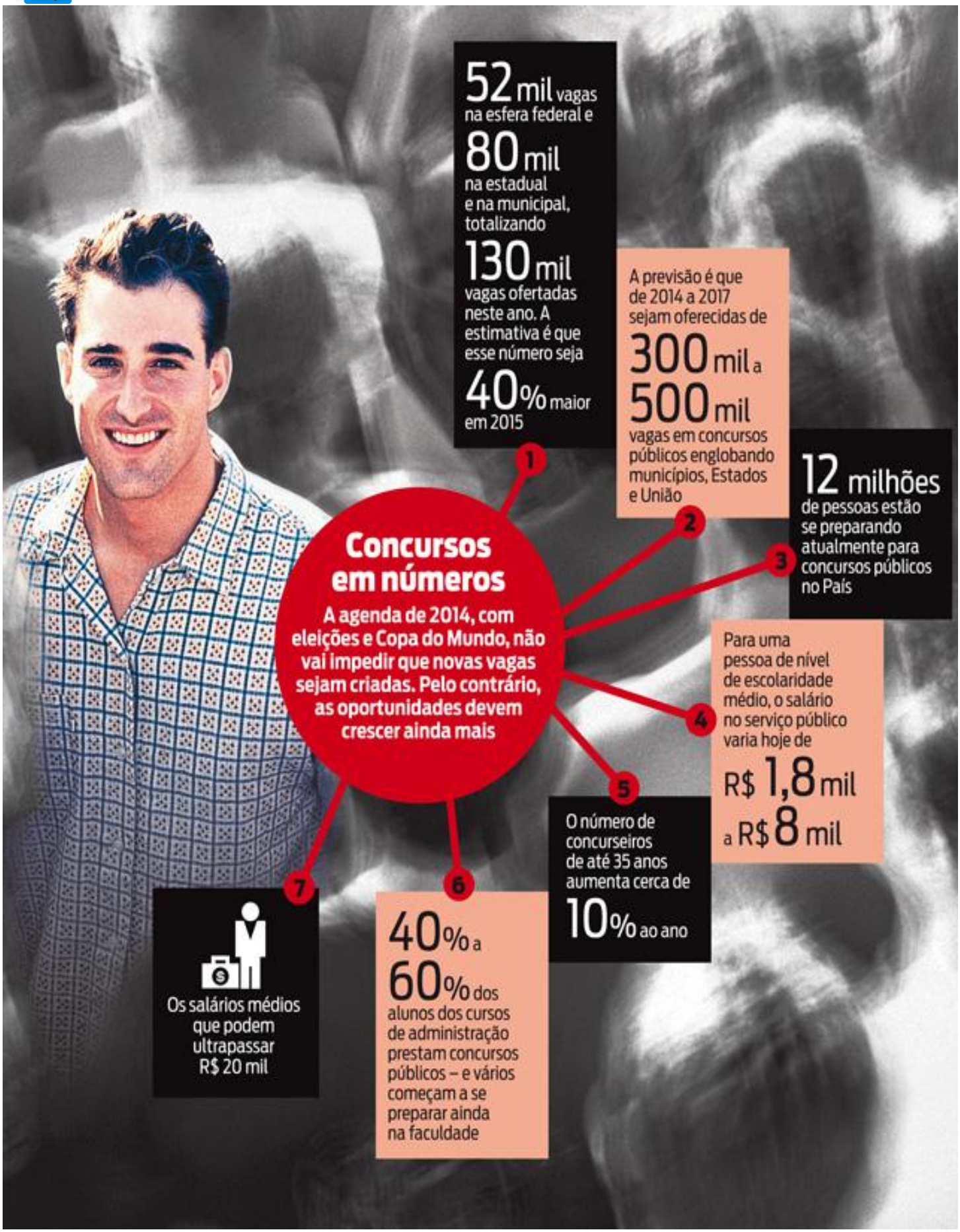
A classe média se rende ao emprego público (CAMILA BRANDALISE)

Antes preferidos por mais velhos e por profissionais em final de carreira, hoje os concursos são disputados, em sua maioria, por jovens de até 35 anos, com boa formação acadêmica, que buscam estabilidade e bons salários

SALÁRIOS competitivos, estabilidade, plano de carreira, ótimos benefícios e aposentadoria garantida. Não é de hoje que o serviço público atrai profissionais graduados, seduzidos por todos esses atrativos e cansados da insegurança do mercado de trabalho. A novidade é que o setor deixou de ser apenas o plano B de homens e mulheres próximos da meia-idade, ávidos por garantir uma velhice sem sobressaltos, para se tornar a primeira opção de jovens de até 35 anos, muitos ainda cursando a universidade. Eles formam um grupo grande entre os 12 milhões de brasileiros que estão se preparando neste momento para conseguir uma das 130 mil vagas previstas para 2014 – em 2015 serão mais 180 mil. Destes, 90% vêm da classe média, segundo Francisco Fontenele, especialista em concursos públicos. Para aquecer ainda mais essa indústria, que movimenta R$ 30 bilhões por ano, 2014 está recheado de boas oportunidades na área, com salários que podem ultrapassar R$ 20 mil. No topo da lista de desejos dos concurseiros estão as provas para agente da Polícia Federal, técnico e analista do Banco Central e técnico e analista do Ministério Público da União. Para se ter uma ideia, esse último exame registrou 69 mil inscritos, que concorreram a 263 vagas na última edição, em 2013, com uma relação candidato/vaga de 260.



LEIS - Especialista em concursos, Francisco Fontenele apoia a Lei Geral dos Concursos, em discussão na Câmara, para que todos os candidatos tenham direitos iguais


52 mil vagas na esfera federal e 80 mil na estadual e na municipal, totalizando 130 mil vagas ofertadas neste ano. A estimativa é que esse número seja 40% maior em 2015
A previsão é que de 2014 a 2017 sejam oferecidas de 300 mil a 500 mil vagas em concursos públicos englobando municípios, Estados e União
12 milhões de pessoas estão se preparando atualmente para concursos públicos no País
Concursos em números
A agenda de 2014, com eleições e Copa do Mundo, não vai impedir que novas vagas sejam criadas. Pelo contrário, as oportunidades devem crescer ainda mais
Para uma pessoa de nível de escolaridade médio, o salário no serviço público varia hoje de R$ 1,8 mil a R$ 8 mil
O número de concurseiros de até 35 anos aumenta cerca de 10% ao ano
40% a 60% dos alunos dos cursos de administração prestam concursos públicos – e vários começam a se preparar ainda na faculdade
Os salários médios que podem ultrapassar R$ 20 mil
1
2
3
4
5
6
7

Dayana Alves Silva Lopes, 25 anos, é um exemplo do novo perfil de candidato. Formada em administração de empresas, ela trabalhou quatro anos na área. Mas demissões, promoções que não aconteceram e outras frustrações fizeram a jovem mudar completamente o rumo de sua trajetória profissional. Desde setembro de 2013, a administradora acorda cedo e dedica oito horas do seu dia para estudar para concursos públicos. Seu plano já está traçado. Dayana vai prestar as próximas provas para escrevente e oficial de Justiça do Tribunal de Justiça de São Paulo, que exigem nível médio e pagam, respectivamente, R$ 4.190,37 e R$ 4.921. "Vou estudar até passar", afirma. Mas a administradora não quer parar na primeira aprovação. Empossada, ela deve começar a estudar para outra prova, repetindo um hábito comum entre aqueles que entram no setor público. "Tentarei um concurso para nível superior, mais difícil ainda, por causa da concorrência."

A indústria dos concursos é um mercado bilionário, que movimenta cerca de R$ 30 bilhões por ano

O serviço público se torna ainda mais atraente em tempos de vulnerabilidade econômica. "Como vivemos momentos de altos e baixos, se o lucro e a produção caem no setor privado, as vagas fecham e os salários diminuem. Isso não acontece no setor público", diz Ernani Pimentel, um dos fundadores da Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos (Anpac). "Por isso acredito que a procura tem aumentado tanto." A mesma percepção permeou a decisão de Dayana de entrar no setor. "Não quero chegar a uma certa idade em um cargo alto e ser demitida para que no meu lugar coloquem alguém mais novo e com um salário menor do que o meu. E é isso o que vejo acontecer ao meu redor", diz.

Os valores dos salários, claro, também atraem. A remuneração pode ir desde o salário mínimo até uma média de R$ 15 mil, como é o caso da vaga para fiscal da Receita Federal, e chegar a R$ 23 mil, nos cargos do Poder Judiciário. Mas há um grande número de candidatos que também têm interesse pela função em si, contrariando o estereótipo do servidor público que quer um salário razoável para ocupar um cargo que não lhe exija muito esforço. O advogado Maurício de Farias Castro, 25 anos, está nesse time. Formado desde 2011, ele estuda para entrar no Ministério Público. "Desde a faculdade tenho esse objetivo, pois é uma instituição que admiro muito", diz. A rotina de Castro é muito rígida. "Trabalho no meu escritório das 7h45 às 17h30. Até 18h40, estudo antes de ir para o curso preparatório. Tenho aula por quatro horas e, quando volto para casa, estudo de novo até a 1h." O advogado teve ainda mais certeza do que queria quando sofreu um baque na família. Sua mãe foi assassinada e até hoje não se sabe quem foi o autor do crime nem há qualquer resposta sobre o caso, que foi arquivado pela polícia.

PREPARAÇÃO - Aline Dias vai se formar em direito em 2015, mas já está estudando para prestar concurso público. "A concorrência é muito grande"

Apesar de a mentalidade em relação ao servidor público estar começando a mudar, ainda há um longo caminho a ser percorrido para padronizar legalmente a execução das provas. Estima-se que, anualmente, cerca de 20% delas apresentem problemas, que vão desde questões sem resposta a inconstitucionalidades nos editais. "É fundamental que existam regras claras", afirma o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), relator do substitutivo ao Projeto de Lei 74/2010, aprovado em julho de 2013 no Senado, que prevê a regulamentação de algumas normas para aplicação de concursos em âmbito federal. Entre outras mudanças, está previsto o fim dos exames feitos somente para o chamado cadastro de reserva, aqueles em que existe a possibilidade de ninguém ser convocado. "Essa prática parece ter virado uma máquina de fazer dinheiro", diz Rollemberg. O texto também prevê que os editais sejam lançados com antecedência mínima de 90 dias, as inscrições estejam disponíveis na internet, a taxa de inscrição seja, no máximo, de 3% do valor da remuneração inicial do cargo e que todos os resultados das provas sejam objetiva e tecnicamente fundamentados, entre outras mudanças. Na Câmara dos Deputados, para onde seguiu o projeto, o relator da Lei Geral dos Concursos é o deputado Paes Landim (PTB-PI). A expectativa é que a matéria seja aprovada na Casa no começo do segundo semestre para depois retornar ao Senado.

DIREITOS - Apesar de aprovado em primeiro lugar em um concurso, Paulo Victor Pereira não foi convocado e agora briga na Justiça para ocupar a vaga

A legislação é um passo fundamental para firmar a credibilidade de alguns concursos, questionada justamente pela falta de transparência. "Já vi situações em que a banca abre um período de inscrição muito curto; assim, aqueles que já teriam sido escolhidos para a vaga saberiam dos concursos antes e poderiam se preparar", diz Ernani Pimentel, da Anpac. Há também denúncias de bancas que incluem novos conteúdos a poucos dias do exame, fazendo com que muitos cheguem despreparados, enquanto outros recebem a informação antes da divulgação da mudança. Espera-se que, após aprovada, a Lei Geral dos Concursos possa nortear nova legislação também nos Estados e municípios brasileiros. "Para dotarmos a máquina pública com bons servidores é preciso seguir o princípio da isonomia, possibilitando oferta igual para todos", afirma Francisco Fontenele, que também é diretor pedagógico da rede de cursos preparatórios LFG. Muitos profissionais de alto nível saem prejudicados pela falta de normatização. Para Alessandro Dantas, coautor do livro "Concurso Público – Direitos Fundamentais dos Candidatos" com Fontele e consultor jurídico da Associação Nacional de Defesa e Apoio ao Concurseiro (Andacon), não é só porque um item consta no edital que ele é válido. "Há muita ilegalidade. O concurseiro precisa buscar a lei existente ao notar qualquer injustiça" (leia quadro na pág. 58).

OS DIREITOS DOS CANDIDATOS

Muitos candidatos são prejudicados pela pouca transparência ou iniquidade na organização dos concursos. Confira alguns pontos importantes aos quais os concurseiros devem ficar atentos

Fonte: Alessandro Dantas, especialista em concursos públicos e consultor jurídico da Associação Nacional de Defesa e Apoio ao Concurseiro (Andacon); e livro "Concurso Público – Direitos Fundamentais dos Candidatos"

REAVALIAÇÃO

Ainda que o edital determine que não haverá reavaliação do resultado, a legislação esclarece que os candidatos podem solicitar o reexame da prova quantas vezes acharem necessário. Além disso, eles têm direito de saber os motivos que levaram aos descontos nas provas discursivas e ter detalhes sobre as reavaliações

IDADE

Para alguns concursos, existe uma legislação específica estipulando faixa de idade para ingressar em determinada vaga. Nos casos em que nada consta em lei, exigências em relação à idade são inconstitucionais. Além disso, mesmo que seja item previsto legalmente, a análise só pode ser feita no momento da inscrição, e não posteriormente, quando o candidato é convocado para o cargo

INVESTIGAÇÃO SOCIAL

Nos cargos em que a imagem do servidor público é diretamente relacionada à instituição, como no Ministério Público ou na polícia, a investigação social tem caráter eliminatório. Mas o motivo precisa ser relevante. A inscrição do candidato em cadastros como SPC e Serasa não pode ser motivo para sua eliminação. Mesmo em casos nos quais o candidato responda a ação criminal, ele não pode ser excluído imediatamente do concurso

CADASTRO DE RESERVA

Os concursos não devem oferecer vagas que não serão preenchidas. Por isso, vagas que têm seu prazo de ocupação expirado podem ser contestadas sob os princípios da boa administração e da continuidade dos serviços públicos, por exemplo. Na nova legislação para os concursos públicos que tramita na Câmara dos Deputados, um dos pontos é a proibição da realização de concursos públicos para formação do chamado cadastro de reserva

Foi o que fez Paulo Victor Mendes Pereira, 27 anos. Em 2010, ele foi aprovado em primeiro lugar como analista de arquivologia em Porto Velho (RO). Mesmo sabendo que era o caso de cadastro de reserva, Pereira ficou animado. Se chamassem alguém, seria ele. Mas dois anos se passaram e nenhuma vaga foi aberta. "Decidi entrar na Justiça com um grupo de 50 pessoas, todas candidatos aprovados em primeiro lugar no mesmo concurso, só que para postos diferentes." Até agora, não há sinal do tão sonhado cargo, que na época tinha remuneração de R$ 7 mil. "Cheguei a entrar em contato com a Procuradoria em Rondônia. Eles solicitaram minha vaga, mas, mesmo assim, não fui chamado." Decepcionado, ele não pensa em prestar outro concurso tão cedo. "É frustrante." Mais otimista, Anderson Carlos dos Santos, 29 anos, ainda espera ser convocado na segunda chamada, embora nem a lista da primeira tenha saído, para uma cadeira no Banco do Brasil, cujo resultado foi divulgado no começo deste ano. "Estudei num curso de três meses, mas fiz a prova antes mesmo de concluí-lo", diz Santos, que também é músico e pretende manter as carreiras paralelamente.

Entre as mudanças da nova lei de concursos está previsto o fim do cadastro de reserva

Se para alguns alunos um curso preparatório de três meses é suficiente, para a maioria alcançar a vaga pretendida pode exigir muito mais tempo e dedicação. Por isso, para as provas mais concorridas, a recomendação dos especialistas é começar a se preparar o quanto antes. No geral, e principalmente para os cargos que exigem formação em direito, o tempo de estudo para passar em um concurso vai de dois a três anos. Com isso em mente, muitos jovens universitários decidem começar a estudar antes mesmo da formatura. A estudante Aline da Silva Dias, 21 anos, concluirá a graduação em direito em 2015, mas já acompanha aulas do curso preparatório. "Quero seguir carreira na Promotoria", diz. Aline chegou a tentar um cargo de assistente administrativa no Banco Central no fim do ano passado, mas não foi aprovada. "Não é fácil assim. É preciso conhecer alguns macetes das provas", diz.

DEDICAÇÃO - Há sete meses, Dayana Lopes deixou o cargo de assistente administrativa em uma empresa privada para estudar para concursos públicos

Para os concursos que exigem somente o nível médio, a procura tem começado ainda mais cedo. Adolescentes prestes a entrar na universidade ou no início do curso já tentam um posto no serviço público para garantir o emprego. Andreluci de Oliveira Barbosa Figueiredo, 24 anos, é hoje oficial administrativa da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo, mas se tornou servidora pública mais cedo, aos 19, quando ainda estudava direito. Na época, ela conseguiu uma vaga de inspetora de alunos em uma escola. Depois, prestou outro concurso e entrou em um estágio numa procuradoria. Andreluci tem certeza de que essa fase foi essencial para definir seu atual sonho de se tornar procuradora. "Ainda não há edital aberto, mas já comecei a pegar firme nos estudos para me preparar", diz. "Dedicação diária é imprescindível. E, no meu caso, estudar em casa não dá muito certo, preciso de uma rotina de cursinho." No atual cargo, que exige nível médio, a jovem tem remuneração de R$ 1,5 mil. Quando atingir o objetivo, poderá ganhar cerca de dez vezes mais.

CARREIRA - Servidora pública desde os 19 anos, Andreluci Figueiredo, hoje com 24, sonha em se tornar procuradora. "Dedicação diária é imprescindível"

Com uma maior oferta de vagas e mais interessados a cada ano, a área dos concursos públicos forma um mercado bilionário, envolvendo publicações específicas, cursos preparatórios, livros com dicas e jornais direcionados. Calcula-se que o gasto anual dos candidatos em fase de preparação, incluindo material didático, inscrições e mensalidades de cursos, seja de R$ 8 mil a R$ 10 mil. Dependendo do cargo, esse investimento se torna imprescindível, em razão do número de candidatos preparados para enfrentar as provas. E eles estão por dentro não só do conteúdo, mas também dos macetes para se dar bem nos testes, em um esquema parecido com o das provas do vestibular. "Dou aulas há 20 anos e nunca vi um nível de preparação tão alto como o de hoje em dia", afirma o professor Julio Cesar Hidalgo, da Central de Concursos. E a cada novo edital o número de interessados só cresce. "Brinco que quando abre um precisamos colocar carteira beliche, de tanta gente nova que aparece."

Para os especialistas, as provas precisam ser mais transparentes e os editais devem ser lançados com antecedência mínima de 90 dias

Um dos problemas dos novos concurseiros, para Hidalgo, é não ter um objetivo específico. "Não dá para pular de prova em prova só porque abriu um edital. É preciso mirar em um cargo e estudar para ele", diz. Para quem pensa em ser auditor fiscal da Receita Federal, por exemplo, um dos postos mais visados do serviço público, é necessário começar a se preparar o quanto antes, mesmo quando não há um novo edital. Essa é uma das regras de ouro dos concurseiros. Outra orientação dos especialistas na área é entender que o serviço público, pelo menos nas vagas com salários de dois dígitos, é um projeto de médio a longo prazo. Por isso, é essencial ter paciência até conseguir alcançar o posto e o holerite almejados. E de nada adianta seguir as duas orientações se não houver disciplina nos estudos. "Fazendo cursinho ou estudando sozinho, é preciso estabelecer uma rotina fixa de dedicação", diz Hidalgo. Os milhões de pessoas que brigam pela tão sonhada carreira pública, e aquelas que já conseguiram entrar nela, garantem que seguir essas orientações vale a pena.

Para entrar num concurso muito disputado, cujo salário ultrapassa os dois dígitos, o tempo de preparação ultrapassa dois anos

---

CAMILA BRANDALISE é Jornalista e escreve para esta publicação. **Revista ISTO É, Abril de 2014.**

A dor e a delícia da Era digital (JOÃO ANTÔNIO DE MORAES)

O filósofo uruguaio Rafael Capurro, especialista em Ética Informacional, disserta sobre seu apoio às atividades acadêmicas que se dedicam a análises éticas acerca do impacto das novas tecnologias

NOS ÚLTIMOS anos, as tecnologias digitais têm se tornado parte intrínseca da vida social. Computadores, notebooks, smartphones, câmeras de vigilância, entre outros artefatos tecnológicos, principalmente aqueles vinculados à internet, têm alterado (e criado) hábitos de ação das pessoas em seu cotidiano. Um dos principais tópicos afetados pela inserção dessas tecnologias na vida dos indivíduos é sua privacidade, conforme vimos com o caso Snowden, em meados de 2013. Nesta edição, a revista Filosofia Ciência&Vida conversa com o filósofo uruguaio Rafael Capurro. Professor do Instituto de Filosofia da Universidade de Stuttgart (Alemanha), membro do European Group on Ethics in Science and New Technologies, do Global Ethics Network, do Globalethics.net, do Institute of Philosophy and Technology, do Nanoethics Group, do The World Technology Network, o professor doutor Rafael Capurro é um dos principais pensadores do mundo acerca dos impactos da tecnologia nos valores e regras no existir humano, lidando com questões sobre Filosofia e tecnologia também no que diz respeito a preocupações das implicações destas no âmbito global.

Quando a internet se transformou em uma tecnologia social generalizada, os aspectos éticos do mundo digital começaram a ser cada vez mais relevantes e urgentes

FILOSOFIA • Quais foram os motivos que o levaram a cursar Filosofia? Como seus interesses se voltaram para o estudo de como as tecnologias informacionais têm influenciado os hábitos de ação humanos?

CAPURRO • Minha formação acadêmica tem suas raízes nos jesuítas. Eu fui membro da Companhia de Jesus entre 1963 e 1970. Durante esses anos, estudei humanidades clássicas (grego, latim, História da Arte, retórica, Literatura) na Casa de Estudos Humanísticos em Padre Hurtado (Santiago, Chile) e depois cursei Filosofia no Colégio Máximo (San Miguel, Buenos Aires, Argentina), que era parte da Universidad del Salvador, na qual obtive a licenciatura em Filosofia. Quando deixei a companhia em 1970, comecei a trabalhar em um centro de documentação científica em Buenos Aires e interessei-me por aspectos técnicos do tratamento da informação para criação de bases de dados bibliográficas utilizando computadores. Essa técnica levou, muito anos depois, à criação da internet. Recebi uma bolsa de dois anos para estudar documentação em um instituto especializado em Frankfurt (Alemanha). Ao mesmo tempo, eu estava em um curso de formação prática em um dos primeiros centros de documentação científica que haviam sido criados no Centro de Investigação de Energia Atômica, situado na cidade de Karlsruhe (Alemanha). Este centro era parte de uma rede internacional coordenada pela Agência Internacional de Energia Atômica (International Atomic Energy Agency – IAEA) em Viena (Áustria). Por motivos políticos, como o retorno de Juan Domingo Perón na Argentina, em 1973, o que causou problemas no trabalho da agência estatal que tinha me enviado para estudar na Alemanha, e também por motivos particulares, estabeleci-me na Alemanha, trabalhando no centro de documentação de Karlsruhe, onde concluí minha formação prática. Depois de alguns anos, retomei meus estudos de Filosofia para ver a possibilidade de fazer um doutorado sobre o conceito de informação[1] no Instituto de Filosofia da Universidade de Düsseldorf, onde se estava criando uma base de dado bibliográfica na área de Filosofia. Após o término do meu doutorado, trabalhei seis anos na área de gerência da informação, como assistente do diretor científico do já mencionado centro de documentação de Karlsruhe (Fachinformationszentrum Karlsruhe). Em 1986 participei de um concurso para professor de Ciência da Informação na depois chamada, Universidade dos Meios de Stuttgart (Hochschule der

Medien, HdM), onde leciono Ciência da Informação e, em particular, Ética Informacional, desde 2009. Durante os anos de trabalho no centro de documentação de Karlsuhe escrevi um livro sobre "Hermenêutica da informação científica" ("Hermeneutik der Fachinformation"), no qual tentei relacionar a Hermenêutica clássica e a técnica computacional.[2] Esse livro foi aceito como uma tese de pós-doutorado pelo Instituto de Filosofia da Universidade de Stuttgart, onde lecionei Ética por 14 anos (1989-2004). Em meados de 1990, quando a internet se transformou em uma tecnologia social generalizada, os aspectos éticos do mundo digital começaram a ser cada vez mais relevantes e urgentes. Isso me levou a criar uma rede social digital, a qual nomeei de Centro Internacional de Ética Informacional (Internacional Center for Information Ethics – ICIE). Esse centro conta, hoje, com cerca de 300 membros, organiza workshops e congressos colaborando com universidades particularmente na África do Sul, na América Latina (Brasil, México) e no Extremo Oriente (Japão, China, Coreia). Com o apoio de um colega alemão, o dr. Feliz Weil, CEO de uma companhia de software (Quibiq) em Stuttgart, edito desde 2004 uma revista de livre acesso, a Revista Internacional de Ética Informacional (International Review of Information Ethics[3]), e coedito duas séries de livros sobre aspectos éticos da informação e da comunicação, nas editoras Wilhelm Fink (Munich) e Franz Steiner (Stuttgart), e sou membro de conselhos editoriais de diversas revistas especializadas. Além disso, criei com minha esposa uma fundação (Fundación Capurro Fiek)4 que apoia atividades acadêmicas dedicadas a análises éticas do impacto das novas tecnologias, assim como projetos que promovem o uso sustentável e socialmente justo das mesmas.

[1] **http://www.capurro.de/info.html**
[2] **http://www.capurro.de/hermeneu.html**
[3] **http://www.i-r-i-e.net**

FILOSOFIA • Sendo um dos principais estudiosos de uma nova área de investigação na Filosofia, a Ética Informacional, você poderia nos dizer um pouco sobre em que consiste essa área e quais seriam seus problemas centrais?

CAPURRO • A tecnologia digital, em geral, e a rede digital que chamamos de internet, em particular, mediando o uso, por exemplo, da telefonia móvel e os tablets eletrônicos, assim como a grande quantidade de programas (apps) e de formas de comunicação e informação digitais, como são as redes sociais ou blogs, têm alterado as possibilidades de interação de milhares de pessoas a nível político, econômico, cultural, industrial e sobretudo, no nível da vida diária. Toda a sociedade humana se baseia em regras de comportamento implícitas ou explícitas, morais ou legais, que foram se formando ao longo de um processo histórico no qual as relações de poder são reproduzidas, a verdade e o reconhecimento mútuo. Tais regras, normas, princípios e valores condicionam, mas não determinam de forma necessária e permanente, tanto quanto em forma teológica, as identidades individuais e sociais, ou seja, o que chamamos culturas tanto em sua consistência social interna, assim como em sua interação. Mas o caráter global da rede digital demonstra, por outro lado, a necessidade de regras e valores comuns que baseiem seu uso legítimo e de jogo limpo e socialmente justo de forma semelhante, por exemplo, às regras e convenções da aviação ou da marinha. A Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (World Summit on the Information Society) e as atividades subsequentes ao período 2003-2005 têm destacado a necessidade e a utilidade desse diálogo, entendido como um espaço comum de reflexão crítica sobre tais regras e valores.

A Ética Informacional não deve ser concebida nem como um substituto de um código de moral, nem como algo que tenha por finalidade o fundamento de um mundo humano idealizado

Denomino Ética Informacional o espaço de reflexão cujos objetos são as regras e valores vigentes implícita ou explicitamente nesse meio de interação digital, podendo se entender também que tal termo inclui meios de comunicação não digitais, como tem sido, e segue sendo a comunicação oral e escrita, e particularmente a comunicação impressa. Tanto a definição do referido ao bem comum ou a propriedade privada no que se refere à livre expressão das pessoas e respeito por aquilo que eles não querem que seja comunicado além de um núcleo de pessoas, incluindo a possibilidade de intimidade pessoal, ou seja, todo campo do que diz respeito à diferença entre o público e o privado deve ser objeto de uma reflexão crítica em que você joga, nem mais, nem menos, do que a concepção de liberdade individual e coletiva. Recordemos, nesse sentido, o âmbito da cultura ocidental, a crítica platônica à comunicação escrita ou a luta contra a censura na época da ilustração, assim como as diversas teorias e opções políticas fundamentando ou questionando o sentido e os limites do bem comum ou da propriedade privada.

Essa reflexão tem como horizonte, por um lado, um mundo compartilhado, assim como princípios e valores que foram decantados através dos séculos como regras básicas universais ou universalizáveis de uma vida humana que mereça esse nome. Mas essas regras e valores não são exercidos, por outro lado, em um espaço abstrato, herdeiro das ideias platônicas ou dos princípios absolutos proclamados pelas religiões e seus substitutos seculares, mas em histórias e linguagens contingentes, nas quais se expressam diversas formas de autocompreensão de si mesmo e do mundo, bem como são baseado em interesses de poder, regras vigentes de verdade e credibilidade e opções frente às possibilidades cujas consequências são, ao menos, imprevisíveis e, em alguns casos, irreversíveis. Em uma palavra, a Ética Informacional não deve ser concebida, a meu ver, nem como um substituto de um código de moral – nesse caso se estaria confundindo a reflexão com seu objeto –, nem como algo que tenha por finalidade o fundamento de um mundo humano idealizado, livre

de contingências históricas e de opções nas quais se jogam as diferenças de identidades culturais e interesses materiais subsequentes à vida social e que sempre tem lugar em uma região do mundo determinada com sua história, seus costumes, suas ambições, seus ideais e suas tragédias.

É por isso que, a meu ver, essa reflexão ética tem um caráter intercultural, não apenas no sentido de que se joga através e além das determinações interculturais, ou seja, como uma reflexão transcultural ou universal, mas também, e a fim de evitar falsos universalismos e essencialismos, no sentido de uma reflexão que se move e que entram em jogo as contingências e as opções, evitando, por sua vez, que essas opções e contingências se apresentem como algo imutável ou sacrossanto com o qual se imunizam frente a possíveis objeções e opções. Se impediria, assim, uma possível vida comum com suas diferenças, limites e identidades sujeitas tanto a possíveis cânones morais ou legais como a seu questionamento ético e político.

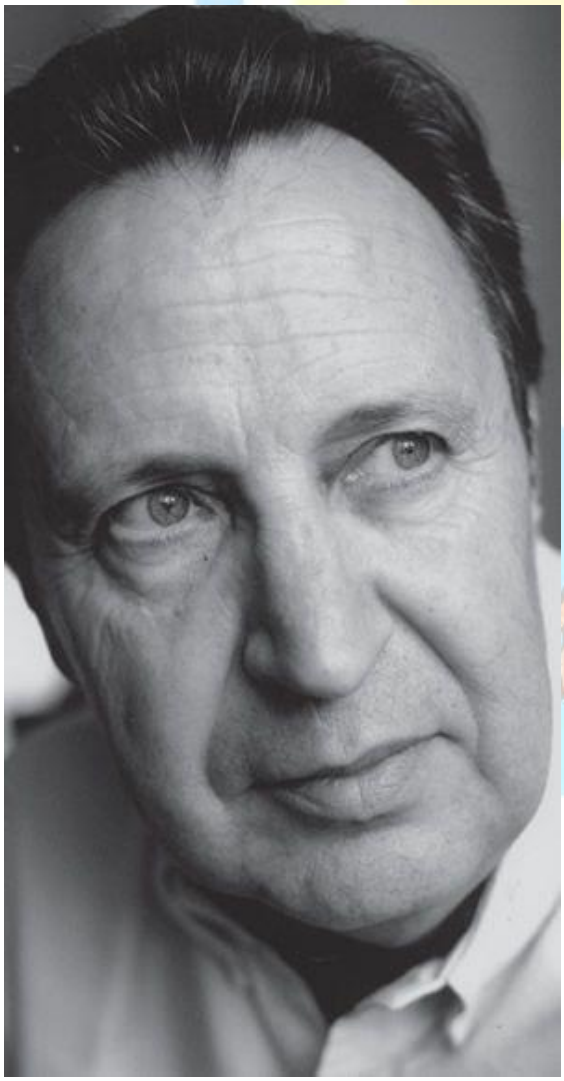
Vejo esse espaço de reflexão ética, que tem como objeto regras e valores em relação às tecnologias digitais, como algo que pertence ao âmbito do estudo acadêmico nas universidades e centros de investigação, e a nível escolar embasando uma pedagogia aberta às realidades e expectativas da geração digital (digital natives), e ao campo dos meios e formatos de difusão e formação da opinião pública (televisão, rádio, jornal), que se relacionam de forma cada vez mais intensa com os novos meios e formatos sociais interativos. Além disso, esse espaço pertence ao âmbito de reflexão e de decisão política com todas suas instituições nacionais e internacionais, assim como a sociedade civil, em especial as atividades acadêmicas e estruturas financeiras e industriais. As crises sociais e financeiras dos últimos anos, cujas consequências seguimos vivendo, local e globalmente, mostram claramente até que ponto as redes digitais e as aplicações da técnica digital em todos os âmbitos da vida social condicionam ambiguamente, ou seja, para o bem ou para o mal, a vida humana, sendo, às vezes, parte da solução e, outras vezes, parte do problema. A maioria das vezes tanto uma como outra coisa.

O fenômeno da ambiguidade é algo profundamente humano, já que concerne a um modo de ser no mundo no qual as coisas e ações humanas podem ser interpretadas de diversas maneiras na dimensão de ter sido, de ser atualmente e de poder ser no futuro. É próprio do existir humano essa abertura espaço-temporal tridimensional que chamamos mundo. O mundo que somos e compartilhamos está sempre relacionado a uma situação de desocultamento e ocultamento, em que as coisas e, em particular, nós mesmos e nossas ações, interpretações e formas de cuidar bem da própria vida, consiste sempre em um cuidado do outro. Esse cuidado pode ser dado sob a forma de proporcionar ao outro algo que ele, em uma determinada situação, não pode realizar por si mesmo ou em forma de respeito a sua liberdade, havendo muitas possibilidades entre esses dois polos.

A reflexão sobre o possível, a diferença do necessário ou do impossível, é o campo original da ética como modo de ser de um ente, nós mesmos, cuja existência não está predeterminada nem por uma essência eterna nem por leis naturais, embora tanto as visões da Metafísica e das religiões, como as leis naturais, pertencem ao jogo da existência. O ser humano se vê confrontado paradoxalmente com a necessidade de fazer sua vida e de se dar razões pautado em regras do jogo e valores que pretendem ser, em alguns casos, permanentes e universais, mas que, embora por boas razões pretendam, têm de ser interpretadas em condições contingentes e, portanto, ambíguas ao que é concebido como um possível bem comum e fundamento de bem-estar individual. Filósofos como Nietzsche, Kierkegaard, Heidegger, Sartre, Foucault ou Levinas têm realçado esse aspecto existencial da vida humana frente às pretensões de pensamento essencialistas na tradição platônica que culminaram na dialética de Hegel ou na fenomenologia de Husserl, e atualmente nas tentativas da tecnologia e em suas reflexões filosóficas, denominadas transhumanistas, de reduzir a existência humana e a vida em geral a processos digitais.

As crises dos últimos anos, cujas consequências seguimos vivendo, local e globalmente, mostram até que ponto as redes digitais no âmbito da vida social condicionam ambiguamente, ou seja, para o bem ou para o mal

Claramente, isso levanta não apenas questões éticas em sentido restrito, ou seja, relacionadas à existência humana em si mesma, mas também em relação a essa existência com o mundo natural. A relação entre existência, artificialidade (digital) e mundo natural é o grande desafio prático e filosófico de nossa época. Se os últimos dois séculos foram marcados pela filosofia da natureza e da história, esse século parece estar para a reflexão sobre a tecnologia digital. Ou, pelo menos, deveria estar! A Filosofia deve se retirar de sua torre de marfim, na qual evita confrontar o que poderíamos chamar de desafio do mundo digital. Em um caso ou em outro, a natureza e história eram antes o que a artificialidade digital é hoje; o que esteve e está em jogo é o sentido e a possibilidade da existência humana, a contingência e, com ela, a liberdade. O que chamamos Ética Informacional, ou também Ética digital, é um sintoma desse novo jogo existencial no horizonte do digital e o digitalizável que recém começou, cujas regras e valores ainda estão definindo-se em processos nos quais inter-relacionam, como sempre foi o caso, interesses políticos e econômicos, assim como novas formas de existir individual e comunitária e com elas novas identidades culturais.



FILOSOFIA • Dos tópicos da Ética Informacional, você tocou em dois que julgo centrais para a atualidade: a privacidade e os nativos digitais. Tem sido notícia recorrente na mídia o caso do ex- funcionário terceirizado da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos (NSA), Edward Snowden, que divulgou informações sobre esquemas de vigilância que os Estados Unidos teriam em outros países. Sem entrar na finalidade da posse de tais informações, como você vê a questão da privacidade e até mesmo o valor da privacidade após o surgimento das tecnologias informacionais e, principalmente, da internet que, como você diz, "extrapola barreiras físicas, alcançando amplitude global rapidamente"?

CAPURRO • Podemos dizer que o que se apresenta à primeira vista, como é o caso Edward Snowden, é, na verdade, o caso Estados Unidos, e que, em ambos os casos, há uma dimensão mais fundamental, que vou me referir em seguida. O caso Snowden é, em termos éticos, o de um alertador (whistle blower) que enfrenta o dilema de ver que algo, em seu entendimento muito sério, funciona moral e legalmente mal na instituição em que trabalha. É algo que, além disso, vai contra sua visão do que é uma vida justa e em consonância com as leis fundamentais de seu país. Sua fidelidade a essas leis e as regras da instituição onde trabalha entram em conflito com uma prática de vigilância e controle social que, a seu entender, minam os fundamentos de uma sociedade livre e democrática, como são o respeito à liberdade individual e à privacidade. Snowden vê ou acredita ver esse conflito em um sistema da magnitude criada pela Agência Nacional de Segurança (NSA), que pretende observar digitalmente não apenas os cidadãos americanos, mas também uma grande quantidade de pessoas a nível mundial, sem que essas pessoas, nem seus próprios governos, aprovassem, e tudo isso aparentemente com as melhores intenções, em especial a da segurança social. O fim da segurança social justificaria a restrição da liberdade e isso em um país que é campeão da defesa das liberdades civis. O caso Snowden demonstra, assim, o caso EUA ou, de um modo mais geral, o caso de democracias que colaboram com esse sistema de

controle dos Estados Unidos, entrando em conflito com suas próprias leis e aproximando-se perigosamente de sistemas de controle de sociedades não democráticas. E aqui já vemos aparecer a dimensão fundamental que mencionava no começo dessa resposta, que é o da complexa e aparente dicotomia das redes digitais. Isso é o que poderíamos chamar, utilizando um famoso termo marxista, de fetichização dos processos digitais, que não apenas se assemelha, mas que está intimamente relacionada à fetichização da circulação de capital analisada por Marx, que agora toma a forma de processos digitais financeiros globais.

Estamos passando de "sujeitos do capital" para "sujeitos da informação digital", e com ela do capital digitalizado ou da digitalização capitalista. Mas "a quem nos referimos quando falamos de nós mesmos?" e "quem são os novos poderes?" e "quais opções se abrem agora mais adiante aos sistemas de poder e superpoder?" e "quais são esses sistemas?": "apenas os sistemas de controle político com suas possíveis aplicações a nível de informação confidencial econômica, inclusive com países assim chamados amigos?", "ou se trata também de uma característica dos agentes digitais, desde os maiores até os menores?". Entre parênteses: o conceito de privacidade entendido como liberdade de ocultar-se ou revelar-se de sujeitos contingentes e livres não é idêntico ao de secreto, o qual pode referir-se a algo que pertence a uma instituição, um organismo, um estado, uma companhia... e não necessariamente à existência humana. Uma companhia não tem privacidade, mas se quer sobreviver tem de ter segredos, enquanto uma pessoa livre tem de ter privacidade e também segredos relacionados a sua existência. Em relação a essa diferença é importante também não fetichizar as organizações como se fossem sujeitos livres, embora contingentes.

O jogo semântico que nos permite simplificar os fenômenos complexos, por exemplo, o de capital ou o de informação digital, acrescentando a esses termos um "-ismo", ou seja, de denominá-los como capitalismo ou informacionalismo, é, na verdade, a expressão da ambiguidade de tais fenômenos. Se reconhecêssemos essa ambiguidade como tal, isso nos permitiria começar a pensar como é possível uma vida livre e contingente em contextos cuja complexidade reduzida com "-ismos" semânticos nos convida a, como seus "donos e possuidores", usar um famoso termo cartesiano que expressa a hybris do sujeito moderno e que agora se transforma em um sujeito digital forte, como é o caso da NSA. O caminho da dominação do mundo digital não é menos problemático que o da dominação dos fenômenos naturais, ou dos fluxos do capital. As alternativas têm de ser buscadas, a meu ver, em caminhos que nos permitam resgatar esse bem comum que chamamos liberdade, não mediante estratégias de domínio, mas de um jogo comum cujas regras, como no caso da ecologia, estão sendo aplicadas recentemente. Essas regras estão embasadas na compreensão de que os jogadores fornecem a liberdade como algo como algo próprio evitando o fetichismo, ou seja, premiamos um dos jogadores (a rede digital, nesse caso) com a liberdade contingente, que é próprio do outro.

O caso Snowden é, em termos éticos, o de um alertador que enfrenta o dilema de ver que algo, em seu entendimento muito sério, funciona moral e legalmente mal

FILOSOFIA • Em relação aos agente nativos, o que podemos perceber é a constituição de novos hábitos de ação gerados a partir da interação, desde o período infantil, com tecnologias informacionais. Poderíamos, ainda, dizer que adolescentes não sabem o que é viver sem um computador por perto, ou um smartphone. Algumas noções, como a de amizade, privacidade, trabalho, entre outras, têm sofrido alterações intrínsecas aos indivíduos (agentes nativos). Como você vê tais alterações e para quais caminhos considera que a sociedade estaria indo?

CAPURRO • É por isso que a discussão sobre a privacidade, que é, se a entendemos bem, um pseudônimo da liberdade, é tão importante na era das redes digitais, nas quais as liberdades contingentes se expõem materializando-se digitalmente, a fim de poder jogar esse jogo (esses jogos) digital que se origina e repercute na existência contingente: a pergunta existencial "quem sou?" ou "quem somos?" se coloca como "quem sou a nível digital?". É sempre a liberdade contingente – as liberdades contingentes, porque a contingência significa sempre pluralidade: somos sempre com outros, nunca uma subjetividade isolada e separada do mundo comum – , então é preciso perguntar: "o que e a quem eu quero mostrar ou ocultar de quem e por quê?" sendo consciente de que sua decisão, situada num determinado jogo limpo legal e político, pode ser objeto de um jogo sujo a nível pessoal, nacional ou global. Isso não é diferente de outras situações baseadas em regras legais e morais, mas o que provoca um mal-estar atualmente é que essas

regras não são objetos permanentes de deliberação política e, sobretudo, de aceitação nacional, regional ou global. A nível das redes digitais, não somos menos "sujeitos" que a nível das redes financeiras (também) digitais e também a nível dos processos físicos e naturais, mas perceber a diferença entre ser algo e ser alguém nos mostra que há uma dimensão que nos é própria, embora quase sempre esquecemos. O jogo digital e existencial, ou seja, o jogo entre existir contingentemente no mundo com outro e o coisificarmos digitalmente em diferentes formas, graus, com diferentes objetivos e embasado em regras e valores novos ou tradicionais, começou recentemente. O mais importante é que os nativos digitais aprendam a jogar na diferença entre o quem e o que sou, ou seja, entre a liberdade e a coisificação ou sujeição da liberdade frente e através dos programas digitais que parecem o programa de existência, mas que, na verdade, são programas que coisificam parcialmente a liberdade existencial.

Para um adolescente, o computador ou o smartphone é algo que não se pode quase diferenciar de sua existência e de sua liberdade porque vê sua liberdade como liberdade de usar ou não usar esse smartphone. A ausência do smartphone, quando este se quebra ou sua bateria acaba, ou seus pais o tiram para castigá-lo, significa uma perda imediata de liberdade. O mesmo diz respeito à imersão de alguém estranho à pessoa ou ao grupo frente ao qual um adolescente decide mostrar ou ocultar algo de si; isso é visto como uma perda de sua liberdade. O quem e o que sou se identificam cada vez mais até se tornarem sinônimos. Nesse caso, a perda da liberdade a nível digital pode ter como consequência quase necessária o desejo de eliminar sua existência física, algo que é mostrado muito claramente, por exemplo, no filme O vídeo de Benny (Benny's Video – 1993), do diretor austríaco Michael Haneke, há vinte anos!

JOÃO ANTÔNIO DE MORAES é Jornalista e escreve para esta publicação. **Revista FILOSOFIA, Abril de 2014.**

Um país traduzido numa greve (MALU FONTES)

INDEPENDENTEMENTE do número de mortos e de roubos registrado em Salvador e na região metropolitana durante os dias de greve da Polícia Militar - 52 assassinatos da noite de terça-feira até o início da tarde de quinta -, há uma espécie de realidade que, infelizmente, perdurará para além da paralisação. O que aconteceu durante a greve tem, no dia a dia, uma sombra de permanência na rotina das pessoas. Nada é mais tradutor dessa permanência que este dado: 46 pessoas foram assassinadas nos três primeiros dias após a greve. Embora a greve tenha ocorrido na Bahia e os efeitos mais trágicos tenham afetado, principalmente, Salvador e Feira de Santana, não se pode perder de vista um aspecto assustador: o que se sentiu e viu em três dias em Salvador foi uma espécie de versão ampliada da sensação de insegurança pública e medo sob a qual se vive em boa parte das cidades brasileiras.

Em maior ou menor escala, o país apresenta índices de assassinato acima dos registrados em países em guerra interna ou externa e uma avalanche de roubos, assaltos, sequestros relâmpago e agressões caracterizadas por níveis de perversidade às vezes não vistos nem mesmo em filmes de violência extrema. O que a greve da polícia escancarou senão uma demonstração concentrada dos crimes que já se vê no dia a dia de Salvador? Prova disso é o fato de, somente nas 24 horas entre as 19h de sábado e as 19h de domingo, sem greve, 10 pessoas terem sido assassinadas.

Outro elemento que traduziu a quantas anda o país, com sua gente ordeira, pacífica e cordial, foi o fenômeno dos saques a lojas, supermercados e mercadinhos. Diferentemente do que se poderia supor que o saqueador clássico, nessas ocasiões, seria o típico ladrão armado até os dentes levando eletroeletrônicos pelo seu valor de revenda ou, no máximo, pobres esfomeados levando o máximo que pudessem de alimentos, o que imagens mostravam eram pessoas aparentemente comuns fazendo coisas do arco da velha. Sim, havia o saqueador clássico que avançava com carros roubados sobre grades e portões abrindo o caminho. Mas, em seguida, vinham multidões que, além de dar pouca ou nenhuma importância a arroz, feijão, carne ou ovo, saíam com crianças, tios, pais e sobrinhos carregando caixas e caixas de cerveja, em alguns casos direto para porta-malas de carros estacionados em frente. Famílias saqueando cerveja, embora tenha acontecido durante a greve, nada tem a ver com greve.

Entrevistada por uma emissora de rádio, uma autoridade policial de Feira de Santana, cujo número de mortos, comparando-se a população de Salvador e a da cidade, foi mais alarmante que o da capital - 46 durante a greve -, apresentou uma tese que deve, no mínimo, ser considerada como uma boa hipótese para explicar por que a população e o vizinho, muitos com trabalho, renda e carteira assinada, aderiram à fila dos saqueadores. Segundo o policial, se todos os dias a população vê na TV autoridades, parlamentares e nomes de grandes costados saqueando milhões dos cofres público, no mínimo vai se perguntar por que deve se privar do impulso de fazer o mesmo com a cerveja no mercadinho da esquina.

E para fechar com chave de ouro a esquizofrenia do mundo dos veículos de comunicação: assim que acabou a greve, uma mesma emissora de TV que anunciava o acordo entre o governo e a polícia deu o break pros comerciais. O que surge na tela? 'Cumpadi' Washington e Beto Jamaica, em franco processo de ressurreição do É o Tchan, anunciando, às gargalhadas, a Micareta de Feira, festa que um minuto antes corria risco de ser cancelada. Isso sim, seria uma tragédia sem precedentes para muitos.

MALU FONTES é Doutora em Cultura pela UFBA, jornalista e professora de Jornalismo da mesma Universidade. **Jornal CORREIO, Abril de 2014.**

O caso Marco Feliciano e a pauta dos direitos humanos (MAGALI CUNHA)

Pela análise das ações da Comissão de Direitos Humanos da Câmara é possível identificar que, sob a presidência de Marco Feliciano, não houve avanços em relação a proposições de leis, à defesa dos direitos humanos ou mesmo à fiscalização do Executivo

O Deputado Federal Marco Feliciano, do PSC de São Paulo

NA PRIMEIRA reunião deliberativa da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), após a polêmica gestão do deputado e pastor evangélico Marco Feliciano (PSC-SP), em 12 de março de 2014, sob a presidência de Assis do Couto (PT-PR), foi adotado um discurso e uma prática de que seria preciso "virar a página". A "página" em questão foi o caso "Marco Feliciano" – um episódio sem precedentes no Congresso Nacional.

No início de 2013, o Partido Socialista Cristão (PSC) indicou Feliciano, membro de sua bancada, para a presidência da CDHM. Foram imediatas as reações de grupos que lutam pelos direitos humanos alegando que não só o deputado indicado e seu partido não apresentavam qualquer histórico de envolvimento com a causa dos direitos humanos que os qualificassem para o posto, como também o parlamentar era conhecido em espaços midiáticos por declarações discriminatórias em relação a negros e homossexuais. A defesa do PSC foi o protocolo parlamentar que lhe deu o direito de fazer a indicação. Isso, por si, já é fonte de reflexões, em especial quanto ao porquê de a defesa dos direitos humanos ser colocada pelos grandes partidos como moeda de troca, e barata. Porém, havia ainda o ingrediente da religião: além da eleição do presidente, pastor evangélico ligado à Assembleia de Deus, movimentos da Câmara levaram a que, dos 22 parlamentares que efetivamente passaram a atuar na comissão, dezessete fossem filiados à Frente Parlamentar Evangélica (FPE), identificados com bandeiras de "defesa da família".

Os motes como "Fora, Feliciano" e "Feliciano não me representa", amplamente divulgados em mídias sociais, a criação de uma frente parlamentar de oposição à eleição de Feliciano e o estímulo, pelas mídias noticiosas, de uma guerra religiosa entre evangélicos e ativistas do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT), e entre evangélicos e não cristãos foram elementos que potencializaram as tensões em torno do caso. Nessa disputa, o "Fica, Feliciano" acabou

prevalecendo, o que não impediu que a gestão do deputado na CDHM fosse permanentemente marcada por conflitos. Durante sua presidência, Feliciano fez várias declarações sobre o bom êxito de seu trabalho, sobre ter "esvaziado a pauta ruim da CDHM" e até ter ocupado um espaço que previamente "era dominado por Satanás".

Em 13 de março de 2014, diante da ênfase da cobertura das mídias noticiosas na "virada de página" da CDHM, Feliciano pronunciou-se pelo Twitter: "Boa parte da mídia é de militantes que ainda não engoliram o êxito da CDHM em 2013. Não aceitam não terem derrubado a presidência da CDHM. Ainda estão entalados! (rsrsrs) [...] Já disse e repito: estamos tranquilos, esvaziamos a pauta ruim da CDHM e temos na comissão quinze cadeiras; se aparecer algo ruim, obstruiremos!". No atual contexto de uma nova gestão e de um período de campanha eleitoral, o qual não deixará de fora o ano atípico da CDHM, emerge o desafio de uma reflexão para além da retórica passional do ex-presidente da comissão e de seus aliados. Afinal, havia uma pauta anterior da comissão que carecia de limpeza a ponto de ser classificada como "satânica"?

Nesse sentido, qual foi o desempenho de Marco Feliciano diante da CDHM? Foram essas questões que motivaram a realização deste estudo exploratório que buscou traçar um perfil do trabalho da comissão nos três anos do atual mandato parlamentar. Para isso foram lidas, comparadas e analisadas todas as atas das reuniões da CDHM em 2011, 2012 e 2013, disponíveis no site.

O desempenho da CDHM de 2011 a 2013

A CDHM não tem como característica primeira o julgamento de mérito de proposições em tramitação na Câmara. Funciona mais como uma espécie de "CPI permanente" dos direitos humanos, recebendo e encaminhando denúncias e acusações. Além disso, tem desempenhado importante papel como canal de interlocução da sociedade civil com os poderes Legislativo e Executivo. Na atual legislatura, além de Feliciano, a comissão foi presidida em 2011 pela deputada Manuela d'Ávila (PCdoB-RS) e, em 2012, pelo deputado Domingos Dutra (SDD-MA, na época PT).

Nos três anos analisados, o número de deputados atuantes foi praticamente igual. A quantidade de reuniões também foi similar, apesar de inferior em 2013. Vale observar que essa diferença se materializa por conta da realização de menos seminários e audiências públicas, ao mesmo tempo que ocorreu uma quantidade bem maior de reuniões deliberativas, as quais não tiveram impacto nos outros indicadores.

Atuação por número de requerimentos

Até outubro de 2013, a CDHM só tinha votado 86 requerimentos, ao passo que em 2011 tinham sido 162 e, em 2012, 184. Nos meses de novembro e dezembro de 2013, porém, houve um grande aumento dos requerimentos aprovados (157), mas estes tiveram poucas consequências. Chama atenção a baixa eficiência ocorrida sob a gestão de Feliciano: em todos os itens quantificáveis, o desempenho na CDHM sob sua presidência foi inferior.

Os requerimentos cobriram menos estados do país e o número de eventos realizados (seminários, atos e audiências públicas) em 2013, 24, foi a metade dos feitos em 2011, apesar de, em 2013, o número de reuniões solicitadas ter sido um pouco superior. Em 2011, foram realizadas 42,6% das audiências e seminários solicitados, já em 2012 esse percentual foi de 24,8% e, em 2013, de 18,3%. O presidente também foi bem menos ativo em 2013. Se somarmos os requerimentos de autoria dos presidentes nos três anos, constata-se que Feliciano foi autor de apenas 15% destes.

Os temas predominantes

Uma das explicações de Feliciano para a aguda reação negativa à sua indicação seria a força da agenda dos movimentos LGBT no dia a dia da comissão. Uma análise dos temas abordados não confirma essa interpretação. A comissão tratou, em média, de cerca de trinta temas a cada ano. Se tomarmos o período analisado em conjunto, os três temas com maior quantidade de requerimentos foram: violência (9,3%); crianças e adolescentes (8,1%); e questões relativas à Comissão Nacional da Verdade (7,9%). Esses temas ocuparam a primeira posição em cada uma das gestões, e dois deles, a segunda posição em outros anos: violência, em 2012, e crianças e adolescentes, em 2011. Requerimentos relacionados à temática LGBT aparecem em número reduzido: cerca de 2% do total (3,1% em 2011, 2,6% em 2012 e 1,4% em 2013).

Nessa linha também foi dito pelo ex-presidente da CDHM que por meio da comissão teriam sido canalizadas centenas de milhões de reais para o movimento LGBT em anos anteriores. A observação das emendas aprovadas pela comissão nos três anos estudados indicam duas coisas: 1) cada comissão tem uma ênfase, a qual foi expressa na destinação dessas verbas: em 2011, para a proteção de pessoas ameaçadas; em 2012, para a preservação de acervos do Ministério da Justiça; e, em 2013, para o apoio à reforma em instituições e a promoção de direitos de crianças e adolescentes; 2) fora essas especificidades, os outros programas escolhidos para receber recursos foram praticamente os mesmos (violência contra a mulher, direitos indígenas e quilombolas). Afirmações recorrentes de que a CDHM teria aprovado milhões de reais para o "ativismo gay" carecem de melhor e maior comprovação e, no caso, não possuem qualquer relação com as emendas aprovadas.

O que se tem de concreto nessa temática é que a gestão de 2013 buscou marcar espaço em relação a projetos de leis, assumindo posições contrárias a reivindicações do movimento LGBT: exclusão do projeto sobre o direito de casais homossexuais à Previdência Social; disputas com o Conselho Federal de Psicologia no tema que ficou conhecido como "cura

gay"; contestação da decisão do Conselho Nacional de Justiça favorável à realização de casamentos entre homossexuais em cartórios. Essas decisões serviram mais para dar visibilidade e espaço na mídia e não tiveram consequências concretas, pois representam apenas uma etapa do processo legislativo, estando todas paralisadas em outros colegiados da Câmara.

Os conteúdos dos requerimentos e das proposições aprovadas e rejeitadas na CDHM em 2013 demarcam bem o tom e a direção adotada. Foi apresentado, por exemplo, requerimento para que fosse discutida uma legislação alemã que permite a omissão do sexo do bebê na certidão de nascimento; ocorreu uma audiência pública para a criação do Dia Nacional do Capelão Evangélico e propostas foram encaminhadas para a criação do Dia do Perdão e do Dia do Jejum – alguns exemplos de que o trabalho da comissão em 2013 pouco contribuiu para avanços na sensível temática dos direitos humanos.

Direitos humanos, política e religião

O fato de o presidente da CDHM ser pastor não tem necessariamente relação com o frágil desempenho descrito. A história tem registrado contribuições fundamentais das religiões aos direitos humanos, com ações que seguem um caminho contra-hegemônico e se opõem a valores e lógicas predominantes, questão recentemente abordada no livro *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*, de Boaventura de Sousa Santos (São Paulo, Cortez, 2013).

Ocorre que no Brasil, depois de altos e baixos em termos numéricos, decorrentes de casos de corrupção e fisiologismo, a bancada evangélica se consolidou como força, o que resultou na criação da FPE em 2003, que conta atualmente com 73 congressistas, de dezessete igrejas diferentes, treze delas pentecostais, mostrando o poder dessa fatia maior de evangélicos. Os parlamentares evangélicos não eram identificados como conservadores do ponto de vista sociopolítico e econômico, como o é a Maioria Moral nos Estados Unidos, por exemplo. Seus projetos raramente interferiam na ordem social: revertiam-se em "praças da Bíblia", na criação de feriados para concorrer com os católicos, em benefícios para templos. O perfil dos partidos aos quais a maioria dos políticos evangélicos está afiliada reflete isso bem, com recorrentes casos de fisiologismo.

Mais recentemente é o forte tradicionalismo moral que tem marcado a atuação da FPE, que trouxe para si o mandato da defesa da família e da moral cristã contra a plataforma dos movimentos feministas e de homossexuais e, para levar adiante proposições que demarquem essa bandeira, vale-se de alianças até mesmo com segmentos católicos, espíritas e de religiões afro-brasileiras, diálogo historicamente impensável no campo eclesiástico. Ao se referir ao caso Marco Feliciano, o diretor do instituto de pesquisa Datafolha, Mauro Paulino, indicou que o discurso do deputado atinge preocupações de parte da população: "Entre os brasileiros, 14% se posicionam na extrema direita. As aparições na imprensa dão esse efeito de conferir notoriedade a ele".

Constatar esses aspectos é refletir que Marco Feliciano, Jair Bolsonaro e tantos outros eleitos ganham espaço e legitimidade porque representam o conservadorismo de determinada parcela da população. Essa tendência reflete um espírito presente de reação a avanços sociopolíticos que dizem respeito não só a direitos civis homossexuais e das mulheres, como também a direitos de crianças e adolescentes, a ações afirmativas (cotas, por exemplo), à ação da Comissão Nacional da Verdade, a políticas de inclusão social e cidadania. Nessa articulação, a religião, por meio de suas lideranças, se revela, por vezes instrumentalizada, uma porta-voz. Exemplo destacado é a ampla campanha pela redução da maioridade penal veiculada pelas mídias noticiosas e liderada pelo senador evangélico Magno Malta (PR-ES). Portanto, há um peso nas articulações ideológicas em curso na sociedade brasileira e, de forma mais ampla, latino-americana, já que situações semelhantes, em especial as tensões entre evangélicos e o movimento LGBT, ocorreram recentemente envolvendo políticos na Costa Rica e no Equador.

Direitos humanos e novas perspectivas

Pela análise das ações da CDHM, é possível identificar que, sob a presidência de Feliciano e a participação de outros parlamentares da FPE, não houve avanços em relação a proposições de leis, à defesa dos direitos humanos ou mesmo à fiscalização do Executivo, tendo sido abordada uma grande maioria de temas questionáveis e irrelevantes. No ano do desaparecimento de Amarildo, nada foi feito pela comissão, resumindo-se a poucas e limitadas ações ocorridas dentro do esperado. O real "avanço" parece ter sido em relação à exposição na mídia e nas possibilidades desejadas de reeleição de seus membros.

Pessoas informadas compreendem a complexidade do Legislativo e do jogo político brasileiro, não cabendo posturas alarmistas em relação a temáticas que legitimamente se encontram em discussão no Parlamento. Além disso, temáticas históricas têm custado cotidianamente a vida de pessoas. Esses temas, que parecem não interessar a Feliciano, por ele rotulados de "esquerdistas", são urgentes e reais. Resta lamentar que tal avaliação seja assumida por uma pessoa que exerceu a presidência da CDHM.

O final de 2013 indicou novas perspectivas, com a realização em dezembro do Fórum Mundial de Direitos Humanos, em Brasília. Mais de 10 mil pessoas de dezenas de países se dedicaram a discussões, reflexões e articulações em prol dos direitos humanos. Entre as centenas de atividades realizadas foi possível identificar a presença de várias que tinham o tema da religião como eixo motivador, tanto discussões sobre tolerância religiosa como de defesa do Estado laico. Questões mais amplas também estiveram presentes, e evangélicos se dedicaram a discutir elementos concretos, como soberania alimentar, uso da terra e combate ao uso de agrotóxicos, ou ainda a defesa da desmilitarização da polícia e a necessidade de mais ações de enfrentamento ao extermínio da juventude negra.

A polarização destacada em 2013 em nada acrescenta à construção da democracia brasileira, sendo imprescindível que algumas das lideranças evangélicas, como também das do movimento LGBT, compreendam a necessidade de avanço em direção a um debate qualificado e que a objetividade prevista em um Estado laico se faça presente e se sobreponha às emoções. A defesa dos direitos humanos é a defesa da vida e, na perspectiva do coletivo, possui extensa e importante pauta a ser tratada com seriedade e serenidade.

MAGALI CUNHA é jornalista, professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo e editora do blog Mídia, Religião e Política **(www.midiareligiaopolitica.blogspot.com.br)**. **Jornal LE MONDE DIPLOMATIQUE, Abril de 2014.**

Mais cautela com os números (MÔNICA RIBEIRO DA SILVA)

Um olhar cuidadoso afasta alarmismos na queda de matrículas no Ensino Médio

HÁ POUCOS dias, o ministro da Educação divulgou os dados do Censo Escolar 2013. De imediato, circularam notícias a respeito da queda da matrícula no Ensino Médio, algumas delas com certo tom alarmista. Um olhar mais cuidadoso, porém, nos faz indagar se a oscilação da matrícula para menos entre 2011 e 2013 seria de fato a principal inquietação. O Ensino Médio ocupa atualmente o universo de preocupações de uma gama bastante heterogênea de entidades e sujeitos. Retomaremos a afirmação após esboçarmos um breve quadro e desenvolvermos alguns questionamentos acerca da oferta, do acesso e da permanência.

Pela Emenda Constitucional 59/2009, o tempo de escolaridade obrigatória no Brasil passou a compreender a faixa etária que vai dos 4 aos 17 anos, ampliando, portanto, a obrigatoriedade. A universalização do acesso deve ser assegurada, por meio da colaboração entre os entes federados, até 2016. Trata-se da ampliação do direito à educação e do reconhecimento da importância do Ensino Médio, agora alçado à condição de educação básica. Diante desse quadro nos parece oportuno perguntar: a que distância estamos desse cenário? O Censo Demográfico (IBGE, 2010) mostrou que o Brasil possui um total de 10.357.874 jovens entre 15 a 17 anos. Se tomarmos esse contingente populacional como referência, considerando as matrículas pelas etapas da educação básica, veremos que 3.289.510 ainda estavam, em 2012, no Ensino Fundamental. Cerca de 6 milhões estavam no Ensino Médio. Próximo a 1 milhão de jovens nessa faixa etária encontrava-se totalmente fora da escola.

O Censo Escolar 2012 já indicava um decréscimo da matrícula no Ensino Médio, passando de 8.400.689 em 2011 para 8.376.852. O Censo de 2013 sinaliza um reforço desta tendência, ao mostrar que foram 8.312.815 matriculados nas 27.164 escolas que ofertam educação básica. Porém, consideramos precoce extrair conclusões com base somente nesses números. Olhemos para dados mais distantes. Em 1991, eram 3.772.330 pessoas matriculadas no Ensino Médio, e em 2013 são

8.312.815. A maior expansão ocorreu entre 1991 e 2001 (de 3.772.698 para 8.398.008). De lá para cá tivemos um ápice de matrículas em 2004 (9.169.357) e decréscimo com algumas variações a mais ou a menos nos anos seguintes

Nesse cenário de expansão, alguns elementos vão se instituindo e caracterizando oferta, acesso e permanência na escola. Embora a ampliação do acesso venha se efetivando nas duas últimas décadas, as distorções idade/série permanecem como marca do sistema educacional brasileiro. No que se refere à faixa dos 15 aos 17 anos de idade, mais de 40% dos estudantes encontram-se ainda no Fundamental. A distribuição regional nos mostra de maneira mais fidedigna um quadro marcado pela heterogeneidade. Em 2012, pouco mais de 42% das matrículas estavam na Região Sudeste, ao passo que a Região Norte comportava menos de 10% do total. Outro aspecto da oferta do Ensino Médio diz respeito ao abandono escolar. Em relação às taxas de aprovação, reprovação e evasão, os índices do Censo de 2011 estão longe dos desejáveis. A taxa total de aprovação na 1ª série do Ensino Médio foi de 70%, enquanto 18% reprovaram e 11% abandonaram a escola nesse ano.

A heterogeneidade da matrícula, o abandono e o horizonte da universalização nos colocam diante de grandes desafios. Temos, por exemplo, de reiterar aspectos ligados ao financiamento público. A ampliação da vinculação de recursos e a complementação financeira por parte da União, verificada com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) a partir de 2007, decerto se constituiu em incentivo para o crescimento da oferta de vagas. Mas em que medida o aumento do financiamento público implicou melhora das condições de permanência e qualidade? O decréscimo na matrícula, a reprovação e o abandono escolar nos levam a sinalizar que é preciso pensar em escolas em condições plenas de realizar educação de qualidade, que acolham e que permitam a vivência de uma experiência formativa significativa, diversificada, plena. As condições materiais, no entanto, não podem ser pensadas dissociadas das lógicas de organização curricular. É preciso enfrentar a cultura escolar consolidada que reitera a fragmentação dos saberes, a hierarquização entre disciplinas, a dissociação entre ciência e técnica, entre cultura e trabalho.

Não poderíamos deixar de expressar preocupação com ações que constituem ameaça a direitos já assegurados e comprometem medidas que de algum modo vêm buscando ampliar o acesso e qualificar a permanência dos jovens na escola. Fazemos referência aqui ao PL 6.840/2013, que propõe, dentre outras, a obrigatoriedade da jornada completa (sete horas diárias) e a eliminação do ensino noturno para menores de 18 anos. Se considerarmos que quase 2 milhões de jovens de 15 a 17 anos trabalham, essas proposições se constituem, claramente, em cerceamento de direito. Sem falar na sugestão, no mesmo projeto, de uma organização curricular com ênfases de escolha dos estudantes, que retoma a Lei nº 5.692/71, emblema, na educação brasileira, dos tempos da ditadura militar. Além disso, essa proposição está na direção oposta à tendência atual de organização curricular que busca a integração dos conhecimentos e que está também presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

Nesse ponto retomamos a afirmação de que o Ensino Médio ocupa hoje o universo de preocupações de uma gama heterogênea de entidades e sujeitos. Isso se evidencia nas determinações do Conselho Nacional de Educação; nas políticas do MEC, como o Programa Ensino Médio Inovador e, mais recentemente, o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, ambos em colaboração com as Secretarias Estaduais de Educação; nas proposições de segmentos da sociedade civil, como as do movimento Todos pela Educação, uma clara expressão das intenções do empresariado nacional sobre a educação básica; e na iniciativa do Legislativo, que elabora um projeto de lei que desconsidera determinações legais e políticas em andamento.

Se, por um lado, essa situação indica positivamente uma preocupação por parte da sociedade brasileira com relação à última etapa da educação básica, ela sinaliza que não necessariamente as propostas caminham em uma mesma direção. As formulações desses distintos agentes evidenciam que estamos diante de projetos em disputa, o que nos coloca à frente da necessidade de compreender com maior profundidade quem está disputando e por quê.

MÔNICA RIBEIRO DA SILVA é Professora da Universidade Federal do Paraná e coordenadora do Observatório do Ensino Médio da instituição. **Revista CARTA NA ESCOLA, Abril de 2014.**

Como estar pronto para uma vida adulta (FREDERICO MATTOS)

NA VIDA, você precisa passar por um processo árduo e insistente para se ajustar ao mundo que o cerca, enquanto vai criando uma maneira de construir bases seguras e uma vida significativa. Alguns nascem com condições externas mais favoráveis que outros e, curiosamente, nada garante um melhor ou pior desenvolvimento pessoal.

Diante da miséria e abandono, pode ser forjada uma personalidade resiliente e desenvolta, ou bloqueada e ressentida. Por outro lado, alguém que nasceu com estímulos materiais, apoio familiar e intelectual pode desenvolver leniência, tédio, soberba ou um senso de generosidade, propósito pessoal e abertura para a vida. À medida que o tempo passa, a simplicidade passiva da infância vai se transformando, fase a fase, aumentando gradualmente de complexidade e exigindo três tarefas básicas de uma pessoa:

- Cuidar de si mesmo;
- Cuidar das pessoas próximas;
- Cuidar do mundo para as próximas gerações.

O mundo exige de uma pessoa, no mínimo, uma das suas três tarefas básicas: cuidar de si mesmo. É possível passar uma vida inteira se debatendo com questões usuais, sem causar um impacto que vá além do seu círculo pessoal e familiar, simplesmente porque está correndo atrás do próprio rabo e do mundo como ele surge aos seus olhos.

"Quero ser grande": um filme sobre ser adulto e continuar infantil

Essas pessoas conseguem sobreviver em meio a outras porque podem ser força produtiva para a engrenagem social, mesmo seu foco não indo além de si próprias. De uma certa forma, as regras e leis os impedem de ultrapassar a linha que cruza a integridade física e social. Entretanto, além de correr atrás de seus interesses, existem manobras mais complexas que podem compor uma vida adulta de qualidade. A maturidade de uma pessoa pode ser medida por alguns marcadores bem específicos que denotam a existência de uma operação mais simples ou mais elaborada.

Imaturidade: o vício em olhar para o próprio umbigo

A natureza superior e sofisticada de sua mente será posta à prova quando o número de variáveis aumentar e você não puder contar com evasivas ou panos quentes. A falta de maturidade pode ser mascarada quando você está de férias, em um primeiro encontro amoroso ou quando está diante da TV. No entanto, ela começa a se revelar quando precisa tomar uma decisão, está no trabalho ou em uma interação com a pessoa amada. A máscara fatalmente se desmontará diante de uma dívida, uma crise conjugal, uma rejeição profissional ou uma questão de vida e morte.

Uma pessoa age de uma forma quando está relaxada, de outra no seu estado usual e outra ainda quando está sob muita pressão. A imaturidade é o descompasso entre as variáveis externas e respostas mais primárias que podem abafar um problema, sem resolvê-lo e nem transformar suas causas. Diante de uma dívida você pode poupar dinheiro, conter seus desejos, se organizar socialmente, reduzir gastos, buscar ajuda de outras pessoas e se readequar a essa nova realidade. Ou também pode fingir que nada está acontecendo, continuar aumentando a bola de neve e compensando sua angustia com outras válvulas de escape e usar distrações como comida, games, trabalho etc.

As saídas imaturas buscam diminuição da pressão interna imediata e pouca resiliência ao enfrentar o núcleo do impasse. Você reage de forma reativa, parcial e imediatista, tentando apagar um incêndio jogando gasolina sobre ele.

De modo geral esse tipo de ação busca proteger o senso primitivo de conforto e autoestima rudimentar que se baseia em buscar ser aceito, afagado e recompensado sem fazer esforço e, menos ainda, produzir ação transformadora da realidade a sua volta.

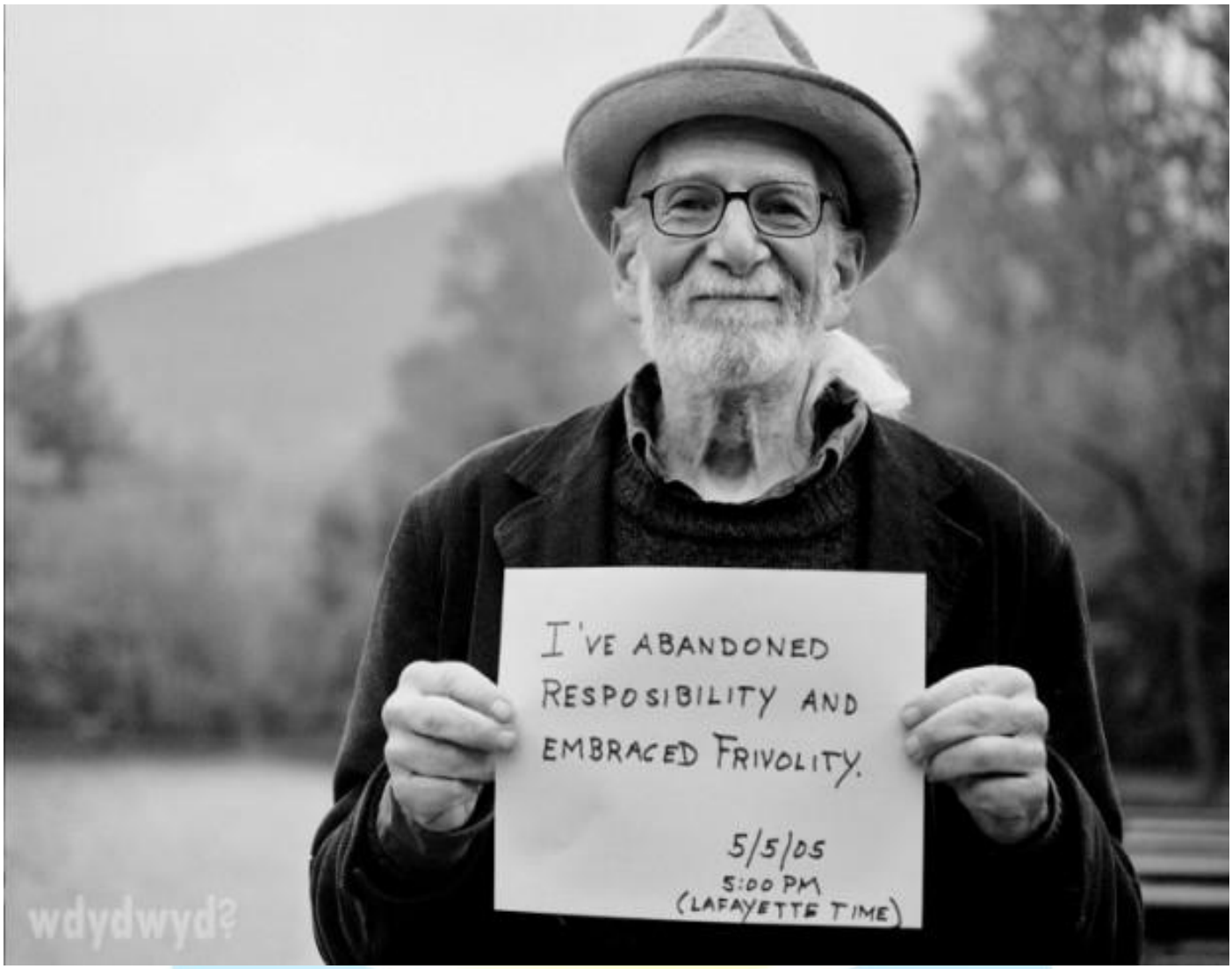
Consumo: uma das principais válvulas de escape

A visão de mundo que alimenta a imaturidade é sempre pessoalista e visa atender desejos próprios enquanto finge contemplar as outras pessoas. O senso de ajuda é utilitarista, usando uma falsa empatia que nunca se coloca no lugar dos outros. Por conta disso, o resultado é breve, perecível e aumenta o problema de longo prazo, ao mesmo tempo que sustenta uma sensação falsa de vitória, já que tudo é impactado por uma emocionalidade dramática e rasa.

Maturidade pessoal: a capacidade de equilibrar pratos

A maturidade comum já consegue olhar para múltiplos cenários e incluir os outros na hora de tomadas de decisão. O senso crítico é mais apurado, pois leva em consideração suas experiências pessoais, mas se cerca de outros elementos para ver o grande quadro. A pessoa madura não fica esperando passivamente, está sempre movimentando recursos internos preventivamente, já que busca o equilíbrio físico, emocional, intelectual, social, financeiro e espiritual. Sua métrica de vida não é sobreviver, mas viver com um maior leque de opções e cultivar o máximo de liberdade.

Seu intelecto não é frio ou distante, mas considera as emoções como valioso recurso para análise. Seu senso de empatia é mais robusto, conseguindo sentir a realidade com os olhos da outra pessoa. Como sua noção de identidade não está pregada no aqui-agora ou em um único papel, consegue utilizar sua capacidade de abstração para imaginar cenários hipotéticos variados sem perder o foco.



"Eu abandonei a responsabilidade e abracei a frivolidade"

Sua generosidade não surge de uma base carente na qual visa a reciprocidade cega, mas aspira um crescimento mútuo natural. Isso se deve ao seu senso de saciedade emocional, por isso a ideia de ansiedade tão comum às pessoas não faz muito sentido nessa fase de desenvolvimento.

A ideia de não estar no controle não é uma ameaça, afinal, as emoções como medo, raiva, culpa e tristeza são consideradas sinais de que precisa avaliar com calma o que se passa internamente, mas sem alarde ou dramatização. A maturidade permite reagir de forma proporcional à uma situação conflitiva, sem exageros para mais ou para menos, tornando possível lidar com imparcialidade os efeitos de situações caóticas.

Nesse estágio, a pessoa consegue olhar uma oportunidade dentro do impasse ou o desafio num problema e, por isso, sabe se posicionar diante de situações imprevisíveis, oferecendo soluções que causam o menor impacto negativo na vida de outras pessoas.

Maturidade transpessoal: olhando para além do próprio cercadinho

Além de cumprir com as "obrigações" da vida cotidiana, existe uma maneira ainda mais sofisticada de operação mental que vive segundo um senso mais amplo de propósito pessoal e liberdade profunda. O senso de identidade própria é totalmente não-convencional, pois não se fixa em alguma forma pré-determinada de estabilidade externa. Sua capacidade de desenvolver autonomia psíquica com práticas internas permite um trânsito maior por situações cotidianas sem os usais apegos e sofrimentos decorrentes.

Nesse estágio, a mente opera de maneira fluida e os sentimentos e pensamentos não tem concretude em si, são vistos como manifestações de uma percepção interna limitante. A pessoa sabe que seus filtros pessoais estão contaminados e a visão está turva. Com isso, consegue ver além do que está posto e transitar com mais facilidade em uma crise pessoal, ou seja, a manifestação de uma pessoa não se resume ao que ela aparenta, mas a uma cadeia de eventos que levaram a isso.

Quando está enfrentando um impasse amoroso, por exemplo, consegue colocar a si mesmo dentro do conflito e não culpabilizar algo ou alguém. Ao notar que um sentimento destrutivo surgiu, o impulso imediato não é o de reagir, mas de conviver, contemplar, digerir e se deixar tocar por ele.

O sentimento de vulnerabilidade não é um problema em si. A capacidade de ter qualidade na presença pessoal faz toda diferença, pois não se trata de uma manobra racional e manipuladora e sim de uma tranquilidade treinada com frequência. Apesar de parecer que está pouco fixada na realidade comum, essa mente vê a vida prática como um meio hábil para exercitar compaixão e sabedoria. Por isso, mantém uma curiosidade por tudo aquilo que surge ao mesmo tempo que não se perde nos fenômenos comuns. Cada oportunidade de conexão humana é uma possibilidade de multiplicar o sentimento de abundância e, por isso, consegue manter uma vida simples e focada no que é essencial.

Estar pronto para a vida adulta, portanto, pode ser meramente uma manobra de sobrevivência, uma maneira de resolver questões práticas ou um caminho para enriquecer a vida que nos cerca. Para cada jeito de encarar o mundo você precisará se dispor a aprender, treinar sua mente e personalidade e forjar uma "matéria" de natureza diferenciada para questões que vão além de sua vida pessoal. O desafio está posto e cabe a cada um olhar com carinho para que tipo de mente quer desenvolver.

FREDERICO MATTOS é um sonhador nato, psicólogo provocador, autor do livro "Mães que amam demais". Adora contar e ouvir histórias de vida. Nas demais horas cultiva a felicidade, lava pratos, faz muay thai, oferece treinamentos de maturidade emocional no Treino Sobre a Vida escreve no blog Sobre a vida. **Webmagazine PAPO DE HOMEM, Abril de 2014**.

Menos Você **(MARCELO MIRISOLA)**

A GREVE da PM baiana que ameaçou terminar na quinta-feira da semana passada virou operação tartaruga. O número de mortos é assustador. Nos primeiros dias de paralisação, a terra do Gil havia se transformado num inferno. Houve saques na Grande Salvador, e 52 pessoas foram assassinadas em 46 horas, mais de uma alma por hora. O saldo desde quinta passada até agora é de... uma porrada de mortos. Triste reconhecer que a paz só existe na base da intimidação, na base da arma apontada pro focinho do criminoso e pro nosso focinho - o que, diga-se de passagem pro cemitério, não faz a mínima diferença.

Triste admitir que eu, você e o síndico não nos trucidamos somente porque o Estado nos coibe e nos ameaça intermitentemente. Que ninguém - na prática - tem autonomia para cuidar da própria vida. Que a vida, aliás, não tem o alto valor que os otimistas lhe atribuem. A vida não vale absolutamente nada.Eu admito, admito que uso a focinheira, que rezo toda noite para São Francisco de Assis, e que gostaria de não pedir pelo amor de Deus a Oliver Winchester, peço mas não aceito. Em outras palavras: procuro cuidar da minha vida e preservar a vida alheia, pelo menos eu tento. Outro dia fui obrigado a dar um rolezinho num shopping perto de casa. Odeio esses lugares. Aí me deparei com a seguinte frase

estampada na camiseta do segurança: "eu cuido de você". Olhei para ele e disse: "não preciso". Que papo é esse? Se eu não tenho controle sobre minha própria vida como é que esse mané vai "cuidar" de mim?

Um sujeito que veste um uniforme para tomar conta da vida dos outros devia ser encarado - no mínimo - com desconfiança. Será que o medo, a solidão e a carência se banalizaram a tal ponto que regredimos aos primeiros cueiros da fase anal? Se você acredita que precisa de alguém para vigiá-lo, se aceita de bom-grado que um idiota qualquer possa "cuidar de você", bem, imagino que sua vida não valha grande coisa mesmo. Vidinha cheia de não-me-toques. Nesse ambiente de creche, o que não faltam são oportunistas para distribuir corretivos e disciplinar as crianças cagonas. O que não faltam - na sequência - são novos oportunistas para enquadrar os primeiros oportunistas, e igualmente distribuir corretivos e discipliná-los. Quero dizer que tipos como Raquel Sheherazade e Jandira Feghali são dois lados da mesma moeda.

Vivemos numa sociedade que, em vez de pensar, late. Aqui, nesse blogue, você não vai achar alimento para sua alminha carente: aqui não tem proteção, aqui não tem nenhum mané para cuidar de você. Violência aqui só verbal. No control. Não troco meus triglicérides zoados pela vida chata, vigiada, cheia de equilibrio e restrições que a Ana Maria Braga vende toda manhã para pessoas acuadas dentro dos shoppings e dentro de casa. Eu não sou ômega 3. Eu não sou "mais você". Quer saber? Advogo a favor da pressão alta, dos AVCs devastadores, dos infartos fulminantes e das mortes prematuras.

Não vejo sentido algum em aumentar o tempo de intimidação e sofrimento do ser humano sobre a face desse canil chamado planeta terra. Se a ciência não fosse tão careta e truculenta - igual o meganha "cuido de você" - trabalharia no sentido contrário, isto é, menos tempo de vida, mais prazer. Só assim é que teríamos uma chance remota de nos livrarmos das fardas, dos hinos, do voto obrigatório, dos bedéus, dos técnicos de futebol pró-ativos, dos "âncoras" caga-regras, das tutelas generalizadas do Estado e das Igrejas e, em suma, da vida besta e infantilizada que levamos: chega de farda, chega de muro, chega de fralda.

A frase idiota "eu cuido de você", estampada na camiseta do segurança, é a mesma que se ramifica na ladainha oficial, é a mesma que diz "o governo comprou centenas de viaturas, o complexo da Maré será pacificado, a situação está sob controle". Pensa bem. Quem cuida da sua tranquilidade, também cuida da segurança dos seus inimigos, percebe como você está vulnerável? A notícia boa é que os cientistas chineses estão sempre descobrindo novos vírus letais. Eles, os cientistas, tem o auxílio de prestimosos morcegos hermafroditas que, geralmente, são os responsáveis pela disseminação de tudo de ruim que acontece sobre a face da terra. E os pandas, coitadinhos, tão fofos e indefesos, são os primeiros que dançam nas garras dos impiedosos morcegos. Ato contínuo, o recém descoberto vírus maligno causa a morte de camponeses em remotos grotões no sudoeste do país, e é aqui que entra a esperança.

Quem sabe, nesse momento, algum atleta da equipe de ginástica olímpica chinesa não esteja comendo a carne de um cachorro que foi contaminado pelo morcego que sugou as jugulares do panda e matou os camponeses chineses E se o Brasil sobreviver à Copa do Mundo? Vai que o Brasil sobrevive às Feghalis & Sheherazades, e consegue chegar às Olimpíadas... sejamos otimistas. Vai que o chinês olímpico supracitado resolve incluir um traveco brasileiro nas iguarias de seu excêntrico cardápio? Tá feita a conexão. Depois dos pandas, a esperança é a última que morre.

MARCELO MIRISOLA tem 47 anos, é paulistano e radicado na ponte-rodoviária Bixiga-Rio de Janeiro há dez anos. Escreveu mais de uma dúzia de livros, dentre eles destacam-se Bangalô, O Herói Devolvido, Joana a Contragosto e O Azul do Filho Morto. Não se identifica com nenhuma corrente da literatura brasileira contemporânea, embora alguns críticos o considerem o Pedro Alvares Cabral da autoficção aqui em nossas plagas. Também é dramaturgo. **Retirado do Blog MARCELO MIRISOLA, disponível em:< https://br.noticias.yahoo.com/blogs/marcelo-mirisola>.**